

ANEXO I DO EDITAL

**TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO N.º 068/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2026**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 Prestação de serviço de locação de 23 (vinte e três) veículos hatch (sem motorista, sem combustível e sem lavagem), por quilometragem livre, contemplando documentação, emplacamento, IPVA, DPVAT, licenciamento, seguro auto (sem franquia), manutenção (preventiva e corretiva), bem como substituição de veículos no caso de pane, defeito e/ou sinistro, e disponibilização de relatório de multas decorrentes de infrações de trânsito, para atendimento às demandas de transporte, em deslocamentos no município de Vitória da Conquista, e, excepcionalmente, em outros locais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

1.2 QUANTITATIVO

Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Fornecimento
1	Locação de veículo HATCH, conforme especificação do subitem 4.1	23	Unidades

1.3 NATUREZA: Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4 PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da publicação, prorrogável por até 10 anos, na forma da Lei n. 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A frota atual, conta com vinte e cinco (25) veículos, oito (08) são próprios e dezessete (17) locados. Os veículos próprios possuem as seguintes configurações:

2.2 Os veículos próprios não atendem a demanda dos Vereadores e da Administração da Câmara Municipal, mesmo com as últimas renovações, necessitando da integração da locação de veículos novos como de fundamental importância para proporcionar segurança e conforto nos deslocamentos.

2.3 Propõe-se que a CMVC continue com o modelo de frota locada, acrescentando mais seis (06) veículos, totalizando vinte e três (23) veículos locados. Este formato está relacionado a vantagens como previsibilidade dos custos, foco na operação (a empresa contratada é responsável por documentação, emplacamento, IPVA, seguro obrigatório vigente (DPVAT), licenciamento, seguro auto, manutenção e gestão de multas decorrentes de infrações de trânsito), maior disponibilidade dos veículos (há substituição de veículos fora de condições apropriadas de uso) e utilização de veículos novos (o que propicia segurança e conforto nos deslocamentos). Vale registrar que o modelo de frota locada é adotado por órgãos como TCU, Senado Federal, DPE/BA e TJBA, e os resultados institucionais proporcionados por tal modelo são apontados como excelentes.

2.4 A realização das atividades listadas acima por empresas especializadas contribui para desincumbir servidores da CMVC de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio de prestação de serviços terceirizados.

2.5 O serviço de locação de veículos atende ainda aos requisitos de eficácia, eficiência, agilidade e modernização, além de reduzir consideravelmente a necessidade de realização de manutenções corretivas. Também vale ressaltar que as empresas contratadas, que são especializadas no ramo, são responsáveis pelo descarte das peças e dos equipamentos em desuso.

2.6 A locação garante disponibilidade contínua com substituição imediata, previsibilidade de custos e gestão simplificada, transferindo à contratada a responsabilidade por documentação, seguro, manutenção integral e telemetria/gestão de multas, o que é mais eficiente e econômico para a CMVC frente à aquisição, que implicaria imobilização de capital, depreciação, riscos de indisponibilidade e custos de manutenção elevados:

- Operação contínua com veículos sempre disponíveis (substituição imediata por defeito/sinistro), o que eleva a disponibilidade da frota.
- Gestão simplificada: documentação, seguros, manutenção e telemetria ficam com a especializada, liberando servidores para a atividade-fim.
- Custo previsível e redução de imobilização de capital: sem compra, sem depreciação.
- Melhor adequação ao perfil de uso da CMVC: deslocamentos frequentes entre Vitória da Conquista, capital e interior, exigindo confiabilidade e veículos novos.
- Riscos da compra: manutenção mais cara e indisponibilidade na ocorrência de avarias; a Administração passa a arcar com toda a **burocracia** (documentação, seguro,).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. DESCRIÇÃO: Conforme item 1.1.

3.1.1. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS: Conforme itens 4.1, 5.8 a 5.14 e 11.2.

3.1.2. GARANTIA DOS BENS/SERVIÇOS: Conforme item 4.1.

3.1.3. CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Conforme itens 5.10 e 5.11.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS

Descrição/Especificação Técnica Mínima – Veículo Hatch 1.0 (Entrada) – 23 (vinte e três) unidades

1. Tipo e configuração

- Veículo automotor zero quilômetro ou com até 10.000 km rodados, com fabricação no ano de 2025, carroceria hatchback, quatro portas laterais + tampa do porta-malas.
- Motorização: ciclo Otto, 1.0 litro, 3 ou 4 cilindros, flex (gasolina e etanol), aspirado.
- Transmissão: manual, 5 ou 6 marchas, tração dianteira.
- Direção: assistida (elétrica ou hidráulica).
- Combustível: etanol e gasolina, com sistema de gerenciamento eletrônico (injeção eletrônica).
- COR: branca.
- Durante a vigência, nenhum veículo poderá ultrapassar 24 meses de fabricação.

2. Desempenho (faixas compatíveis com o mercado)

- Potência máxima: entre 70 e 90 cv (gasolina/etanol), conforme catálogo do fabricante.
- Torque máximo: entre 9,0 e 11,5 kgfm (gasolina/etanol).
- Velocidade máxima: mínimo 150 km/h.
- Consumo: valores segundo PBEV/Inmetro; aceita-se qualquer classificação, desde que em conformidade com as normas vigentes.

3. Dimensões e capacidades (para garantir padrão “hatch compacto B”)

Requisitos mínimos – atendem aos modelos de referência do segmento e excluem subcompactos:

- Entre-eixos: mínimo 2.450 mm.
- Comprimento: mínimo 3.850 mm.
- Largura (sem espelhos): mínimo 1.700 mm.
- Porta-malas: mínimo 280 litros (norma VDA ou equivalente).
- Capacidade para 5 ocupantes.

4. Segurança ativa e passiva

- Freios: ABS com EBD; discos dianteiros e tambores traseiros.
- Airbags: mínimo 2 frontais (condutor e passageiro).
- Cintos: 3 pontos para todos os 5 assentos.
- Controle de estabilidade e tração: quando ofertados de série na versão básica do modelo proposto, devem estar presentes; quando não forem de série, não serão exigidos (sem prejuízo de pontuação técnica, se aplicável).

5. Conforto e conveniência

- Ar-condicionado.
- Direção assistida (elétrica ou hidráulica).
- Vidros dianteiros elétricos (vidros traseiros elétricos quando de série no modelo básico proposto).
- Travas elétricas com acionamento na chave/controle.
- Computador de bordo (funções mínimas: consumo médio, autonomia e hodômetros parcial e total).
- Sistema de áudio com entrada USB e Bluetooth (pode ser rádio ou multimídia simples; alto-falantes dianteiros).
- Coluna de direção com ajuste de altura (profundidade quando de série no modelo básico proposto).
- Banco do motorista com regulagem de encosto; bipartição traseira quando de série.
- Rodas em aço com calotas (ou liga leve quando de série), pneus radiais de uso urbano, estepe compatível com as dimensões do conjunto.
- Iluminação: luz de ré, luzes de posição/DRL (quando de série), luz de neblina traseira (quando de série).
- jogo de tapetes emborrachados; película de segurança e controle solar incolor no para-brisa e na cor preta nos demais vidros, com rejeição de radiação UV e com transmitância luminosa mínima, nos termos da Resolução CONTRAN n. 960/2022, e suas alterações;

6. Emissões, normas e garantia

- Conformidade ambiental e de segurança com a legislação brasileira vigente (Contran/Denatran/Senatran, Proconve aplicável ao ano-modelo, Inmetro/PBVE).
- Manual do proprietário e plano de manutenção em português; rede de assistência

técnica nacional.

7. Itens de entrega

- Veículo licenciado (emplacamento e 1º IPVA/seguro obrigatório vigente (DPVAT) conforme regra local), kit de segurança (triângulo, macaco e chave de roda), dois jogos de chaves (uma reserva), tapetes de borracha ou material lavável.

8. Critérios de aceitação / comprovação

- Catálogo/ficha técnica oficial do fabricante deverá comprovar todos os requisitos mínimos (dimensões, capacidades, motorização, segurança e equipamentos).
- Será admitida tolerância dimensional de até $\pm 2\%$ apenas para variações de medição entre normas (VDA/ABNT), desde que não descaracterize os mínimos absolutos de entre-eixos, comprimento e largura.
- A Administração poderá realizar vistoria técnica ou exigir laudo/certidão para itens de segurança, se necessário.

9. Observações importantes para ampla concorrência (e para excluir subcompactos sem direcionar marca)

- Os mínimos de entre-eixos (≥ 2.450 mm), comprimento (≥ 3.850 mm) e largura (≥ 1.700 mm) foram definidos para enquadrar o veículo no padrão de "hatch compacto B" do mercado nacional, excluindo subcompactos que possuem dimensões inferiores, sem citar marcas/modelos.
- As faixas de potência/torque e demais requisitos foram deliberadamente amplos para permitir a participação de múltiplos fabricantes e versões de entrada com câmbio manual e motor 1.0 flex, preservando o interesse público (competitividade e melhor proposta).

Referência de mercado: Volkswagen Polo Track 1.0, Chevrolet Onix 1.0, Hyundai HB20 Sense 1.0, Fiat Argo 1.0, Citroën C3 1.0, Peugeot 208 1.0 ou similar.

4.1.1 A utilização dos veículos do tipo HATCHs à frota já vem sendo uma experiência utilizada nas últimas duas licitações para locação de veículos, atendendo com versatilidade e economicidade, por apresentarem um custo menor em relação aos demais modelos de veículos existentes no mercado. A opção por veículos novos (zero quilômetro) ou com até 10.000 km rodados, com fabricação no ano de 2025, se dá por motivos de segurança, haja vista que carros nessas condições estão cobertos pela garantia de fábrica e, por serem novos ou seminovos, evita-se a ocorrência de vícios redibitórios, o que comumente acontece com carros usados, bem como evitam-se eventuais problemas mecânicos oriundos de peças automotivas desgastadas ou defeituosas. Além disso, faz-se importante salientar que os veículos utilizados pela CMVC são destinados a transporte dentro da cidade de Vitória da Conquista - BA e para capital do Estado, sendo que excepcionalmente podem vir a realizar viagens para cidades do interior do estado da Bahia e para fora do estado, o que demanda viagens longas e em estradas muitas vezes desfavoráveis. Nessa perspectiva, mostra-se essencial zelar pela segurança dos usuários, o que pode ser resguardado pela utilização de carros novos.

4.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos:

4.2.1.1. A Lei n.º 9.660/1998 determina que os veículos leves adquiridos para compor frota oficial ou locados de terceiros para uso oficial deverão utilizar fontes de energia renováveis (como o etanol), ainda que em conjunto com combustíveis fósseis (como a gasolina), na modalidade “flex”.

4.2.1.2. Devem ser integrados à frota veículos que apresentem maior eficiência energética e menor consumo de combustível dentro de cada categoria. Os padrões mínimos aceitáveis para emissão de poluentes (NMHC, CO, NOx), gás de efeito estufa (CO2), consumo de combustível (km/litro) e consumo energético devem estar em conformidade com os requisitos constantes no Regulamento de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves, estabelecido pela Portaria Inmetro n.º 377/2011. Para comprovação dos valores, deve ser exigida a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) com os resultados do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) do Inmetro, ou laudo de empresa credenciada contendo as mesmas informações.

4.2.1.3. O veículo deve possuir nível de emissão de poluentes dentro dos limites do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), conforme Resolução CONAMA n. 18/1986. A comprovação será feita pela Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), com, no mínimo, uma estrela, o que representa que o veículo está dentro dos limites estabelecidos. Alternativamente, poderá ser apresentado laudo de empresa devidamente credenciada contendo as informações sobre a emissão dos poluentes.

4.2.1.4. Para o descarte das peças e dos equipamentos em desuso, a empresa contratada deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010), em especial a logística reversa na destinação final de baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, limitada aos serviços de seguro auto, manutenção (preventiva e corretiva).

4.3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto terá início em até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato.

5.1.1. No caso de circunstâncias não previstas, é admitida a prorrogação do prazo acima por até 10 (dez) dias, mediante comprovação de ausência de culpabilidade por parte da contratada e aceitação da justificativa pela fiscalização.

5.2. Todos os veículos disponibilizados pela contratada deverão ser da mesma marca e modelo, para que não se frustre o padrão visual/operacional pretendido, conforme o princípio da padronização disposto no art. 47, I, da Lei n. 14.133/2021.

5.2.1. A marca e modelo dos veículos poderão ser alterados no curso da execução contratual, mediante apresentação de justificativa aceita pela Administração e desde que mantidas as especificações técnicas contidas na proposta.

5.3. Os veículos não poderão estar fora de linha de montagem.

5.4. A contratada, quando da entrega dos veículos, fornecerá à fiscalização:

a) relação dos veículos, contendo marca, modelo, placa, ano de fabricação, quilometragem e tipo de combustível;

- b) Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos em nome da contratada;
- c) Apólice de seguro auto total, sem franquia para o contratante, com cobertura para roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência contratual, além dos seguintes requisitos mínimos:

- I - RCF - danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- II - RCF - danos corporais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- III - RCF - danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- IV - APP (morte ou invalidez): R\$ 13.000,00 (treze mil reais); e
- V - Central de atendimento e assistência permanente 24 (vinte e quatro) horas por dia.

5.4.1. Caso os documentos vençam durante a execução do contrato ou tenham o teor modificado, a contratada deverá apresentar a versão válida/atualizada do referido documento em até 5 (cinco) dias após o vencimento/atualização do documento.

5.5. Em conformidade com o art. 140, I, da Lei n. 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido:

- a) provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da prestação mensal, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- b) definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das obrigações, mediante termo detalhado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

5.6. Será emitido termo de recebimento pela contratada no caso de recolhimento de veículos, e pelo contratante no caso de entregas para fins de substituições.

5.7. Veículos em desacordo com as especificações do objeto deste Termo de Referência, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições, deverão ser substituídos no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após solicitação do contratante.

5.8. A contratada deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.

5.8.1. Os demais abastecimentos serão de responsabilidade do contratante.

5.9. A contratada deverá entregar os veículos no dia e horário marcados para o início das atividades, face à necessidade de vistoria, no seguinte endereço: Sede da Câmara Municipal, situada na Rua Coronel Gugé, 150, Centro, Vitória da Conquista – Bahia.

5.10. A contratada responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e de quaisquer equipamentos neles instalados, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo e/ou do equipamento) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos ou vícios que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

5.10.1. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo.

5.10.2. Todas as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos de forma a conservá-los seguros e eficientes, inclusive troca de qualquer peça de desgaste natural,

como troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, devem estar em conformidade com o manual do veículo.

5.10.3. As revisões preventivas devem contemplar a conferência do alinhamento da direção e a verificação do balanceamento do conjunto roda e pneus.

5.10.4. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem for reduzida para 3mm, sendo que a identificação deste item é feita pelo TWI (Tread Wear Indicator).

5.11. A contratada deve realizar, nos prazos indicados (24 horas, 48 horas e 72 horas), após solicitação do contratante, a substituição de veículos no caso de pane, defeito e/ou sinistro: a) em até **24h** no município de **Vitória da Conquista** e;

b) **48h** nas demais localidades da Bahia e;

c) em até **72h** em demais localidades;

d) **24x7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana)**, com logística e guincho por conta da contratada;

e) Caso o prazo de manutenção, corretiva ou preventiva, seja superior a 04 (quatro) horas, deverá ser fornecido veículo substituto, no prazo de 02h da entrega do veículo para a devida manutenção.

5.11.1. Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas decorrentes da remoção e deslocamento do veículo em caso de pane, defeito e/ou sinistro, inclusive as de locomoção dos ocupantes do veículo.

5.11.2. As substituições deverão ocorrer nas dependências do contratante, podendo, em situações excepcionais, ocorrer em local diverso, mediante solicitação ou autorização expressa da fiscalização.

5.12. A contratada deverá encaminhar ao contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis de seu recebimento, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, para que o condutor possa reconhecer, apondo sua assinatura na respectiva notificação, e/ou para resguardar o direito, por parte do condutor, de interpor recursos.

5.12.1. Caso o condutor não manifeste interesse em interpor recurso, a contratada deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto ao contratante por meio de fatura específica. A contratada deve gerenciar notificações e prazos, indicar o condutor no órgão atuador quando requisitado, sem cobrar taxa administrativa, e disponibilizar painel com AITs, prazos e status. Multas decorrentes de uso institucional serão reembolsadas pelo contratante após validação, mas o processo de indicação e o trâmite são obrigações da contratada.

5.12.2. Caso a contratada não pague a notificação, após reconhecida pelo condutor, em tempo hábil para pagamento com desconto, fica a contratada obrigada a receber o valor do reembolso da referida multa com desconto.

5.12.3. Nos casos em que o contratante não receba a notificação dentro do prazo supracitado, a contratada se responsabilizará integralmente pelo pagamento dos valores referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias, decorrentes de infrações.

5.13. Os veículos serão utilizados no regime de quilometragem livre.

5.14. A autorização de fornecimento dos serviços contendo a nota de empenho será enviada pelo e-mail admcamara@hotmail.com.

5.15. Ao contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços ou fornecimentos considerados inadequados e devidamente atestados pela fiscalização.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A gestão e fiscalização da contratação serão realizadas pelos agentes públicos nomeados por meio de Decreto e/ou Portaria.

6.2 Para fins de complementação da liquidação da despesa, o Fiscal do Contrato apresentará mensalmente termo de ateste que será amparado pelos fatos ocorridos no período e documentos apresentados para a liquidação da despesa.

6.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/2021, art. 115, caput).

6.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/2021, art. 115, §5.º).

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/2021, art. 117, caput).

6.6 O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

6.6.1 O Gestor do contrato: Ana Paula Almeida Rocha, matrícula n.º 7379.

6.6.2 O Fiscal do contrato será designado, conforme requisitos estabelecidos no art. 7 da lei 14.133/2021, pela autoridade competente (Lei n.º 14.133/2021, art. 117).

6.7 Compete ao gestor acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, apostilamentos, etc.

6.8 Compete ao fiscal do contrato exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

6.9 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.11 A execução do Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pela Administração que deverá atestar a realização dos serviços contratados, para cumprimento das normas estabelecidas nos artigos. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.

6.12 Ao(s) fiscal (is) competirá:

6.12.1 Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento;

6.12.2 Fiscalizar a execução dos serviços desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;

6.12.3 Propor, quando necessário, a extinção, prorrogação e alteração contratual nos termos da Lei nº. 14.133/2021;

6.12.4 Providenciar Livro de Registro, onde deverão ser documentadas as ocorrências havidas.

6.13 O fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos deste Contrato;

6.14 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.15 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade.

6.16 Caberá ao fiscal do contrato a responsabilidade de fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições e disposições deste contrato, bem como comunicar às autoridades competentes qualquer eventualidade que gere a necessidade de medidas de ordem legal e/ou administrativa.

6.17 A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do Contrato e as implicações próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do contrato não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE.

6.18 A CONTRATADA deve permitir e oferecer condições para a mais completa fiscalização da CONTRATANTE, fornecendo informações e propiciando o acesso à documentações referentes ao objeto contratado, bem como atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

6.19. Preposto

6.19.1. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.19.2. O contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.19.3. O preposto designado deverá comparecer à Câmara no mínimo uma vez por mês ou sempre que necessário. A periodicidade da visita do preposto pode ser posteriormente alterada para adequação das necessidades, à critério da CONTRATANTE;

6.19.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.19.5. O órgão poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.20. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições

técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.21. O preposto designado deverá comparecer à Câmara no mínimo uma vez por mês ou sempre que necessário. A periodicidade da visita do preposto pode ser posteriormente alterada para adequação das necessidades, à critério da CONTRATANTE;

6.22. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação.

a) A contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, deverá providenciar o cadastro de informações de faturamento junto à Gestão de Contratos para viabilizar os pagamentos das faturas vincendas no curso da execução do contrato.

b) Após o recebimento definitivo, a contratada deverá emitir e protocolar a nota fiscal no e-mail da Diretoria Financeira – admcamara@hotmail.com, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.

c) O prazo de liquidação será de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal.

d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo do pagamento ficará suspenso até que o contratado regularize a situação que ensejou o impedimento do pagamento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

f) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da contratada, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

g) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

h) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

i) A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

j) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

k) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

l) No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. **MODALIDADE DE SELEÇÃO:** Pregão eletrônico.

8.2. **PROPOSTA:** As propostas deverão conter o item cotado, quantidades, preços unitários e totais, expressos em reais (prevalecerá em casos de divergência entre o preço total e o unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso); e, quando cabível: tipo de embalagem, peso, marca e modelo.

8.3. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO** (Julgamento por menor preço, valor unitário mensal por veículo)

8.3.1. Não reserva de cotas

8.3.1.1. A presente demanda impõe a necessidade de uniformização dos serviços que compõem o item, para que não se frustre o padrão visual/operacional pretendido, conforme o princípio da padronização disposto no art. 47, I, da Lei n. 14.133/2021. Desta forma, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar 123/2006 e do inciso II do art. 10 do Decreto 8.538/2015, não se revela útil à Administração, no presente caso (em que o valor do item ultrapassa R\$ 80.000,00 - oitenta mil reais - na estimativa de preço), conceder o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte com o estabelecimento de cota(s) de participação exclusiva, uma vez que, caso empresas diferentes sejam contratadas para prestar o mesmo serviço, poderá haver prejuízo ao conjunto da solução. [verificar possibilidade de exclusão do item]

8.4 HABILITAÇÃO

8.4.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.4.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação

(art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n. 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maior ou igual a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

d) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei n. 14.133/2021, art. 65, §1º).

f) O atendimento dos índices econômicos previstos acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

8.4.3.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei n. 14.133/2021, art. 69, §6º).

8.4.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação.

b) Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

c). O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

d) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

e). O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) ou declaração(ões), apresentando, quando solicitado pela

Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

f). Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

g) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao fornecimento dos bens;

j) Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971:

k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.4.1 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.4.2 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado para 24 meses da contratação é de R\$ 2.563.338,96 (Dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos). O valor estimado foi calculado através do preço das cotações obtidas.

Item	Descrição	Qtde.	Unid. de medida	Preço unitário mensal estimado	Preço total mensal estimado	Preço total anual estimado
1	Locação de HATCH	23	Unid.	R\$ 4.643,73	R\$ 106.805,79	R\$ 1.281.669,48
TOTAL ESTIMADO PARA 24 MESES						R\$ 2.563.338,96

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1900 – CÂMARA MUNICIPAL

1901 – 01 – LEGISLATIVA

031 – AÇÃO LEGISLATIVA

0008 – PROCESSO LEGISLATIVO

01 031 0008 2001 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

3.3.9.0.39.00.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Vitória da Conquista, 06 de janeiro de 2026